

COMENDO A AMAZÔNIA

06 de abril de 2006

Investigação realizada pelo Greenpeace Internacional, da Holanda, sobre a expansão da indústria da soja no Brasil revela novas evidências sobre a relação entre multinacionais norte-americanas com o desmatamento, a grilagem de terras e o trabalho escravo na Amazônia. Ao construir silos e infraestrutura no coração da floresta, financiar a abertura de estradas e comprar soja produzida em fazendas ilegais ou proveniente de desmatamento, inclusive com o uso de trabalho escravo, Cargill, ADM e Bunge estão, ao mesmo tempo, estimulando e se beneficiando da invasão da soja na Amazônia.

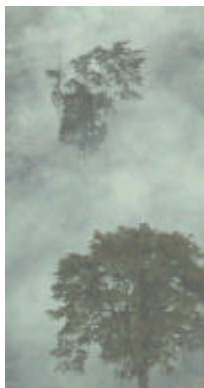
Sumário Executivo

A floresta amazônica é uma das regiões mais ricas e de maior biodiversidade do planeta. Abriga cerca de 10% das espécies conhecidas de mamíferos e 15% das espécies de plantas. É também um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo e está desaparecendo a um ritmo de mais de 18 mil km² ao ano. Nos últimos 25 anos, uma área de floresta primária maior do que os estados do Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro, juntos, foi destruída para sempre na Amazônia.

Nos últimos anos, o governo brasileiro adotou medidas importantes para combater a exploração ilegal de madeira e o desmatamento na Amazônia. Ao mesmo tempo, uma nova e poderosa ameaça de destruição da floresta surgiu na região: a soja. Grandes investimentos por parte do setor de agronegócio norte-americano transformaram a Amazônia na mais nova fronteira agrícola do País. Até 2004, cerca de 1,2 milhão de hectares de florestas foram convertidas em plantações de soja. Apesar de representar apenas 5% do total da área cultivada com soja atualmente no Brasil e de muitos cultivos antigos ocuparem áreas já desmatadas, novos investimentos em estradas, silos e portos pela Cargill e outras empresas fazem com que seja mais lucrativo queimar áreas intactas de florestas do que comprar áreas já desmatadas, impulsionando assim a expansão da soja na Amazônia a uma velocidade ainda maior. Esta expansão tem um preço não apenas para a floresta, mas para as populações indígenas e comunidades tradicionais, que são expulsas de suas terras para dar lugar à soja, e para milhares de pessoas que são enganadas e forçadas a trabalhar na derrubada da floresta.

Apesar de várias reportagens terem investigado um aspecto ou outro do fenômeno soja, até hoje não existia uma análise abrangente das causas e efeitos desta monocultura na Amazônia. Desde 2004, o Greenpeace Internacional, com sede na Holanda, iniciou esta análise, baseada em investigações de campo, sobrevôos, entrevistas com comunidades afetadas, representantes da indústria e políticos, análise de imagens de satélite e dados de exportação, e monitoramento de navios para o mercado internacional. A investigação, que durou dois anos, foi além dos campos de soja e das florestas na Amazônia, e identificou a cadeia da soja desde as decisões iniciais em salas de reuniões de empresas nos Estados Unidos até chegar às prateleiras de restaurantes, lanchonetes e supermercados da Europa, passando pela destruição da maior floresta tropical do planeta. Este relatório apresenta nossas descobertas preliminares. É o retrato de uma indústria vigorosa e devastadora, e inclui novas evidências da responsabilidade das empresas norte-americanas e do papel involuntário de consumidores europeus na destruição da floresta, na grilagem de terras, expulsão de comunidades locais e uso de trabalho escravo na Amazônia.

Muitos atores, nacionais e internacionais, têm sido cúmplices na conversão da floresta amazônica em monoculturas de soja. No entanto, nossas evidências apontam, repetidamente,





para três multinacionais norte-americanas do setor do agronegócio como responsáveis por esta destruição – Archer Daniels Midland (ADM), com sede em Decatur, Illinois; Bunge Corporation, baseada em Saint Louis e, mais importante, a Cargill, com sede em Minnesota. Fornecendo desde sementes e fertilizantes até a infraestrutura necessária para armazenamento e transporte da soja, estas empresas agem como imã para atrair novos produtores para a Amazônia. Elas não apenas impulsionam a expansão da soja, mas fecham também elos importantes na cadeia da destruição ilegal da floresta, grilagem de terras e trabalho escravo, tornando a soja produzida na Amazônia extremamente barata para consumidores europeus, e dispendiosa para todos os outros. As evidências coletadas pelo Greenpeace mostram como a Cargill e seus aliados se alimentam da destruição da floresta, construindo portos, silos e outras obras de infraestrutura, financiando a abertura de estradas em áreas de florestas e comprando soja produzida em fazendas envolvidas com grilagem de terras, desmatamento ilegal em áreas protegidas e trabalho escravo.

A grande maioria desta soja é exportada para a Europa para ser usada como ração animal e garantir que produtos como o Chicken McNuggets e outras carnes continuem com os preços baixos e abundantes para os consumidores europeus.

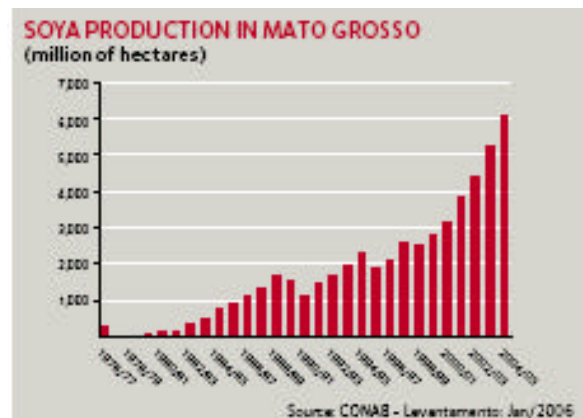


Principais descobertas

A soja é, hoje, a maior ameaça à floresta amazônica

A crescente demanda global por soja aliada ao espaço reduzido para expandir a produção em campos limpos e de vegetação arbustiva no sul do Brasil, a soja lidera, hoje, o avanço da fronteira agrícola em direção à Amazônia, sendo uma das principais causas do desmatamento.

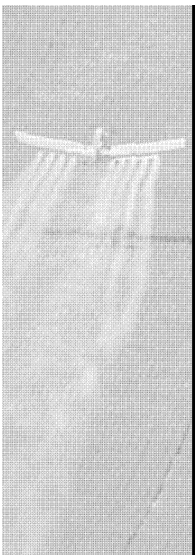
Em poucos anos, o estado do Mato Grosso se tornou o maior produtor de soja do Brasil, responsável por quase um terço da safra total em 2004. Mais da metade do Mato Grosso se encontra dentro do bioma Amazônia, ainda que o nome do estado esteja perdendo seu significado a cada ano que passa. A área cultivada com soja no Mato Grosso dobrou desde 1996. O estado também é campeão em desmatamento e queimadas, responsável por quase a metade do total desmatado (48%) em 2003. Um terço da floresta foi destruída para dar lugar ao avanço da fronteira agrícola.



Cargill, ADM e Bunge— Grandes lucros, negócio sujo

O que torna a invasão da indústria da soja sobre a Amazônia ainda mais dramática do que incursões anteriores é que as multinacionais norte-americanas fornecem aos produtores de soja crédito fácil e mercado garantido, dando incentivos e recursos para que eles comprem e desmatem grandes extensões de terra a fim de que a produção de soja seja lucrativa.

O comércio internacional e o processamento de soja é controlado por poucas traders transnacionais de commodities que geralmente também dominam outros segmentos da cadeia alimentar: ADM, Bunge e Cargill. No Brasil, estas empresas não agem apenas como compradoras. Juntas, elas são responsáveis por pelo menos 60% de todo o financiamento da produção de soja no País. Só a Bunge financia o equivalente a quase US\$ 1 bilhão em insumos agrícolas para fazendeiros brasileiros em 2004. Em vez de oferecer empréstimos, eles fornecem sementes, fertilizantes em troca da colheita de soja, dando às companhias controle indireto sobre grandes áreas de terra.



Além disso, ao construir infraestrutura para armazenamento e transporte no coração da floresta, estas empresas empurram, intencionalmente, a fronteira da soja ainda mais para o interior da Amazônia.

A Rodovia da Soja: Estrada para lugar nenhum

O desenvolvimento de infraestrutura – principalmente estradas – através de terras públicas sem proteção oficial é um convite ao desmatamento para grileiros e fazendeiros. Oitenta e cinco por cento de todo o desmatamento ocorre nos 50 quilômetros de cada lado das rodovias.

O impacto pode ser visto ao longo da BR-163, a rodovia que liga a capital do Mato Grosso, Cuiabá, à Santarém, no Pará. Nos últimos anos, a produção de soja ao longo da parte pavimentada da BR-163 saltou de 2,4 mil hectares em 2002 para mais de 44 mil hectares em 2005 – um crescimento de quase 20 vezes em três anos. Os grandes desmatamentos terminam junto com o asfaltamento da estrada, ao sul da divisa com o estado do Pará. Tanto a Cargill quanto a Bunge têm comprado soja de fazendas localizadas na área de influência da BR-163. Pior: Cargill, ADM e Bunge são parceiras no financiamento do projeto de US\$ 175 milhões para pavimentar o restante da estrada, acelerando o acesso ao novo porto graneleiro construído ilegalmente pela Cargill em Santarém (veja abaixo).

Uma segunda rodovia da soja, construída ilegalmente, se estende por 120 quilômetros, saindo da cidade de Feliz Natal, no Mato Grosso, até terminar de forma abrupta na fronteira oeste do Parque Indígena do Xingu. Tanto a Cargill quanto a Bunge construíram silos com capacidade para armazenar 60 toneladas de grãos nesta “estrada para lugar nenhum”. Além disso, oferecem crédito e mercado garantido para qualquer fazenda já desmatada na região. Nos dois últimos anos, mais de 40 mil hectares de soja foram produzidos perto desta estrada e o Greenpeace descobriu outros 99,2 mil hectares para venda na internet. Documentos mostram que tanto a Cargill quanto a Bunge estão comprando soja destas novas áreas.

Análise das imagens de satélite mostram que os impactos da rodovia da soja devem se estender por mais de 1 milhão de hectares de florestas da região. Este número contabiliza apenas os impactos diretos do desmatamento. Os impactos indiretos produzidos por grandes quantidades de produtos químicos e pelo crescimento populacional devem ser ainda maiores.

Infraestrutura da Soja: Se você construir, eles virão

Além de financiar novas estradas e fazendas na Amazônia, o agronegócio americano está construindo a infraestrutura industrial necessária para sustentar a produção de soja em grande escala na Amazônia. Juntas, ADM, Bunge e Cargill construíram 23 silos, infraestrutura para armazenamento, portos e terminais, sendo responsáveis por quase 2/3 de todas as obras deste tipo na região.

Das três, a Cargill é a que mais incentiva a destruição da Amazônia. Além de 13 silos espalhados no bioma Amazônia, a empresa construiu ilegalmente um enorme porto graneleiro às margens do rio Tapajós, em Santarém, no Pará. A Cargill estima que entre 2-3 milhões de toneladas de soja por ano sejam transportadas para o porto de Santarém depois que a BR-163 for pavimentada – um volume de exportações que exige grande crescimento no cultivo de soja e, conseqüentemente, no desmatamento desta região.

Ávida por abrir a rota norte para as exportações de soja, a Cargill construiu o terminal graneleiro de US\$ 20 milhões ignorando os protestos das comunidades locais, sem realizar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) previstos pela Constituição Brasileira e tendo de enfrentar uma batalha judicial iniciada pelo Ministério Público Federal em Santarém contra a construção do porto. Em novembro de 2003, uma decisão da Justiça condenou a Cargill, mesmo com as instalações do

porto já em operação. No mês seguinte, os procuradores públicos iniciaram nova batalha judicial pedindo a demolição do porto e a suspensão imediata das atividades da Cargill em Santarém até que a decisão final fosse tomada. Em maio de 2004, o juiz federal de Santarém ordenou que a Cargill realizasse o estudo de impacto ambiental, mas a empresa se recusou a fazê-lo. Finalmente, em fevereiro de 2006, o TRF1 condenou a Cargill a cumprir a legislação brasileira, realizando os estudos de impacto ambiental não apenas para a área do porto, mas para toda a região oeste do Pará. O terminal, no entanto, continua operando.

Grilagem de Terras e Trabalho Escravo

A ânsia de encontrar novas terras para a produção de soja estimulou enormemente a grilagem de terras, e milhões de hectares de terras já foram transferidos para grandes fazendeiros através de documentos falsos e, geralmente, com o uso da força. As principais vítimas desta ocupação ilegal de terras públicas têm sido as populações indígenas e pequenos posseiros, que dependem da floresta para sua sobrevivência. Por exemplo, a Fazenda Membeca, em Brasnorte, no Mato Grosso, tem promovido o desmatamento ilegal de mais de 8 mil hectares de florestas dentro da Terra Indígena Manoki desde 2003, e continua a desmatar novas áreas para expandir sua plantação de soja. Tanto a Cargill quanto a Bunge instalaram silos em Brasnorte e têm comprado soja da Fazenda Membeca. O porto da Cargill em Santarém exporta soja desta área.

Os estados amazônicos que se encontram na vanguarda da expansão da soja também lideram as tristes estatísticas brasileiras de trabalho escravo registrado em fazendas, campos e em áreas de florestas. Estimativas oficiais do número de escravos no Brasil variam entre 8 mil e mais de 25 mil, sendo que a maioria deles são encontrados no Mato Grosso e no Pará. Enganados pela promessa de bom pagamento e trabalho honesto, moradores pobres de áreas rurais e da periferia das cidades são seduzidos e levados para áreas remotas e aprisionados em uma rede de dívidas e trabalho em condições degradantes, longe dos olhos ou da proteção das autoridades brasileiras. Embora o Brasil tenha encorajado grandes empresas a apoiar seus esforços contra o trabalho escravo através da assinatura do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, nem ADM, nem Bunge e nem a Cargill aderiram à campanha.

Na Fazenda Roncador, uma área de 149 mil hectares em Querência, no Mato Grosso, onde mais do que o dobro do limite legal da área de floresta foi desmatado, agentes do governo libertaram 215 trabalhadores escravos entre 1998 e 2004. Trabalhando 16 horas por dia, sete dias por semana, os trabalhadores eram forçados a viver em barracões cobertos por plásticos sem cama ou banheiro. Água para beber, cozinhar ou tomar banho era retirada do bebedouro usado pelo gado e armazenado em barris que haviam sido usados para guardar óleo diesel ou lubrificantes. Incapazes de deixarem a propriedade e forçados a comprar comida da venda da fazenda a preços exorbitantes, os trabalhadores – endividados – eram escravizados até que o governo aparecesse. Mesmo que os proprietários da fazenda estejam sendo processados, a Fazenda Roncador continua plantando soja para o mercado. Tanto a Cargill quanto a Bunge instalaram operações em Querência e a Bunge registrou exportações da região em 2005.

A Cargill comprou soja da Fazenda Vó Gercy em Mato Grosso na época em que a fazenda foi vistoriada pelos agentes do Grupo Móvel contra trabalho escravo, em junho de 2002. Mesmo depois que os agentes encontraram escravos desmatando a área para a plantação de soja, a Cargill continuou negociando com a Vó Gercy até, pelo menos, nove meses depois da inspeção.

A Bunge comprou soja da Fazenda Tupy Barão em fevereiro de 2003 – 16 meses depois que agentes do governo libertaram 69 trabalhadores mantidos na fazenda contra a sua vontade. A fazenda Tupy Barão continua na lista negra do governo de fazendas que usaram trabalho escravo e outras práticas ilegais de trabalho. Tanto a Cargill quanto a ADM também compraram soja da Fazenda Vale do Rio Verde, em Mato Grosso, onde os agentes federais encontraram 263 trabalhadores escravos em junho de 2005.

O papel das maiores companhias norte-americanas no desmatamento na Amazônia, expulsão de comunidades locais e trabalho escravo, é ilustrada na tabela abaixo. De acordo com a tabela, Cargill, ADM e Bunge não são apenas as vilãs da indústria da soja brasileira, mas as maiores e as piores, sendo que a Cargill é a campeã em ambos os aspectos.

MAJOR TRADERS IMPLICATED IN ILLEGAL PRACTICES AND AMAZON DESTRUCTION

	ADM	Bunge	Cargill	Grupo André Maggi
Built Infrastructure in the Amazon				
Number of silos within the Amazon biome	4	6	13	13
Port and storage facilities			●	●
Illegal export facilities – Santarém			●	
Received international financing				
Public banks – International Finance Corporation (IFC), World Bank				●
Private banks – Rabobank, HSBC, etc				●
Bought from farms involved in land grabbing				
Membeca Farm – Manoki indigenous land, Amazon biome		●	●	
Lavras Farm – Amazon biome			●	
Bought from farms inside proposed protected areas				
Rio Azul Farm – Parque Estadual das Castanheiras	tbc*	tbc*	tbc*	tbc*
Bought from farms employing slave labour				
Roncador Farm – Amazon biome	tbc*	tbc*	tbc*	tbc*
Vó Gercy Farm – cerrado		●	●	●
Tupy Barão Farm – Amazon biome		●		●
Vale do Rio Verde Farm – cerrado	●		●	●
Bought from farmers along illegal soya highway				
Saul Stefanello – Amazon biome			●	
Giovani Zamberlan – Amazon biome			●	
Eliseu Zamberlan – Amazon biome		●	●	
Agenor Favarin – Amazon biome		●		
Bought from farms planting GM soya				
Antonio Galvan, President of the Agricultural Union of Sinop – Amazon biome	●	●	●	●
São Carlos Farm – Amazon biome	●	●	●	●

*tbc - to be confirmed

Lucrando além das Fronteiras: Impactos nos fazendeiros americanos

O papel da Cargill neste empreendimento vergonhoso é particularmente irônico, dado ao fato que a soja brasileira compete diretamente com os fazendeiros americanos sobre os quais a Cargill, uma das maiores empresas privadas dos Estados Unidos, construiu seu império e fortuna. Durante décadas, o mercado global da soja foi abastecido principalmente pelos Estados Unidos. No início dos anos 80, os EUA eram responsáveis por mais de 90% das exportações de soja no mundo todo. No final da década, no entanto, o domínio americano no mercado de soja começou a cair, ao mesmo tempo em que os esforços da Cargill e outras empresas para o desenvolvimento da soja na América Latina começou a dar frutos. Em 2003, a fatia de mercado dos Estados Unidos havia caído para apenas 40% e a soma das exportações de soja em grão pelo Brasil e Argentina ultrapassou as exportações americanas pela primeira vez. Enquanto os Estados Unidos continuaram a ser o maior exportador em 2004, atingindo 36,3 milhões de toneladas de soja em grão e farelo de soja, sua liderança sobre o Brasil, segundo maior exportador com 35,1 milhões de

toneladas, havia caído para apenas 1 milhão de toneladas métricas e estima-se que esta diferença desapareça completamente nos próximos quatro anos.

Com o crescimento significativo na produção de soja na América Latina, aumentou também a pressão sobre os fazendeiros americanos, levando muitos produtores brasileiros a abandonar a soja por outros cultivos mais lucrativos¹. Ironicamente, muitos fazendeiros estão agora sendo recrutados no sul do País para plantar soja na Amazônia, sob a proteção e termos da Cargill.

Conclusões e Demandas

A expansão dramática da soja representa a mais séria das muitas ameaças ao futuro da Amazônia. O boom da soja está devastando não apenas a floresta, mas populações indígenas e comunidades tradicionais, forçados a deixarem suas terras para dar lugar a grandes campos de soja, e a população pobre, levada para áreas remotas da Amazônia para trabalhar como escravos em áreas de desmatamento ilegal, e moradores da área rural, cujas terras e água são poluídas pelo uso intensivo de agrotóxicos nas monoculturas de soja. A soja na Amazônia não é produzida de forma responsável e grande parte é ilegal, beneficiando apenas aquelas empresas que controlam o comércio – o comércio triangular para o século 21.

Soja: Comércio Triangular para o Século 21



O Mercado precisa mudar:

- As empresas envolvidas no comércio de alimentos e ração animal devem garantir que não estão usando soja da Amazônia, e devem desenvolver urgentemente políticas de compra que garantam que a origem legal, ambientalmente responsável e socialmente justa. Isso inclui o estabelecimento de sistemas de rastreamento para verificar a origem dos ingredientes dos produtos, as condições em que foram produzidos e o impacto de sua produção.
- Grandes traders, incluindo a Cargill, ADM e Bunge, devem parar de comprar soja produzida no bioma Amazônia.
- As três multinacionais devem assinar o Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e se comprometer com uma cadeia de custódia da soja que garanta sua origem legal (produzida em fazendas com títulos legais de terra, sem desmatamento ilegal e sem o uso de trabalho escravo)
- A Cargill deve fechar o porto graneleiro construído ilegalmente em Santarém.

¹ Estimativas para a produção divulgadas recentemente pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sugerem que preços mais altos podem mudar este cálculo em 2006, já que insumos mais caros para milho e pequenos grãos levam alguns produtores a mudar para a soja por uma safra, empurrando a queda em longo prazo projetada pelo Serviço de Pesquisa Econômica do Departamento de Agricultura americano. Fonte: USDA NASS (2006). Disponível na internet (em inglês): <http://usda.mannlib.cornell.edu/reports/nassr/field/pcp-bbp/pspl0306.pdf>. (acesso em 04 de abril de 2006) .